

"O Globo - 26.8.60"

A CRÔNICA de Rubem Braga

AINDA O BICHO BAIANO

SAIU com algumas incorreções a minha nota de ontem sobre o jogo do bicho na Bahia: os viciados certamente notaram, e aos outros não interessa explicar.

Os cálculos que referi não são meus, são de um banqueiro de bicho; e ele tendia a me provar que a coisa não é tão espetacularmente lucrativa como se pensa. Assim mesmo admite um lucro líquido mensal, dos banqueiros baianos, da ordem de 10 milhões. Sabe-se que um desses banqueiros (a quem fui apresentado) concentra cerca de 40 por cento do movimento, o que lhe dá uma renda mensal de 4 milhões de cruzeiros; é muito, mesmo para um senhor tão simpático.

Acho que o governo baiano, já que pactuou com os bicheiros, deve procurar melhorar as condições desse pacto, cuidando de tirar um pouco mais de dinheiro dos ricos para os pobres, à custa dos crentes. Já não acho direito que se pague o milhar a 500 cruzeiros o tostão, quando no Estado do Rio ele dá 600. Sem querer bancar o amigo da onça do meu amigo bicheiro, acredito que o governo baiano poderia exigir um aumento das contribuições destinadas a aliviar as agruras de vida dos pobres. Pobres e miseráveis é que não faltam na Bahia. E o imposto de renda não se interessa pelo assunto, já que o jogo passou a ser um ilícito officioso?

Dirá algum leitor espantado ou austero (ou as duas coisas juntas, que neste mundo há matéria de sobra para que os austeros andem permanentemente espantados) que minha moral é muito relativa, e que não é pedindo que se pague mais 100 cruzeiros por milhar que se implantará a justiça social neste País. E dirá com razão. Mas, sendo eu ponto, é normal que tenha minhas reivindicações perante a banca; e nós, do ponto, somos muitos milhares, e os banqueiros são só alguns cidadãos. Vamos fazer, ainda que modestamente, um pouco de democracia econômica...

Tenho uma sugestão séria a fazer ao Governador Juraci: ele poderia taxar um pouco mais o bicho — não só os banqueiros, como os que acertam, e não se importariam muito com um desconto, vamos dizer, de 2 por cento — para alimentar um fundo que permitisse a restauração de igrejas, solares e outros edifícios históricos da Bahia.

Sabemos que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação é um serviço modelar, pela competência e dedicação de seu chefe e funcionários; mas suas verbas são ridículas. Uma comissão extra-oficial ou para-oficial que se formasse na Bahia, com assistência técnica, se necessária, do SPHAN, salvaria da ruína total muitas belas construções dos séculos passados que são preciosas de muitos pontos de vista, inclusive do turístico. E o bicho ganharia foros de benemerência cultural...

141